

# Relatório e **contas** consolidadas

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.



13

O Relatório e Contas Consolidadas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 23 de Abril de 2014



# Índice

Relatório Consolidado de Gestão .....	8
Contas Consolidadas do Exercício .....	20
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados .....	25
1. Empresas incluídas na consolidação.....	25
1.1. Designação das Entidades .....	25
1.2. Natureza da actividade .....	25
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	26
2.1 Disposições gerais .....	26
2.2 Derrogações às disposições do SNC .....	26
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	26
3. Principais políticas contabilísticas.....	26
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas .....	27
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes .....	27
3.3 Principais estimativas e julgamentos.....	38
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro .....	40
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas .....	41
4. Fluxos de caixa .....	41
4.1 Saldos não disponíveis para uso .....	41
4.2 Desagregação de valores .....	41
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	42
6. Activos fixos tangíveis .....	42
7. Participações financeiras – outros métodos.....	44
8. Activos financeiros detidos para venda .....	45
9. Impostos sobre o rendimento.....	45
10. Inventários .....	47
11. Clientes.....	49
12. Estado e outros entes públicos.....	50
13. Outras contas a receber.....	51
14. Diferimentos .....	52
15. Capital realizado.....	52

16.	Reservas legais .....	53
17.	Outras reservas .....	53
18.	Resultados transitados consolidados .....	53
19.	Excedentes de revalorização.....	54
20.	Outras variações no capital próprio .....	54
21.	Financiamentos obtidos .....	55
22.	Outras contas a pagar.....	56
23.	Fornecedores.....	57
24.	Vendas e serviços prestados .....	57
25.	Subsídios à exploração .....	58
26.	Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos .....	59
27.	Variação nos inventários da produção.....	59
28.	Trabalhos para a própria entidade .....	59
29.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	60
30.	Fornecimentos e serviços externos .....	61
31.	Gastos com pessoal.....	62
32.	Outros rendimentos e ganhos .....	63
33.	Outros gastos e perdas .....	64
34.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	65
35.	Juros e gastos similares suportados .....	65
36.	Acontecimentos após a data de balanço .....	66
	Certificação Legal de Contas.....	68
	Relatório e Parecer do Fiscal Único .....	70

## **Órgãos Sociais**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

### **FISCAL ÚNICO**

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862



# Relatório Consolidado de Gestão

## Senhores Accionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas Consolidado da Horários do Funchal Transportes Públicos S.A. (Grupo HF) respeitante ao exercício de 2013.

## APRESENTAÇÃO

### EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

#### **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A.** (empresa – mãe ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

#### **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**(SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Curral das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

### CONDIÇÕES QUE DETERMINARAM A CONSOLIDAÇÃO

As empresas mencionadas foram objecto de consolidação por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.



## **ENQUADRAMENTO GERAL**

O Grupo HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de actuação, na Região Autónoma da Madeira, enfrentando uma difícil orografia e vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa e a sua, relevante, função social expressa no programa do Governo Regional da Madeira (GR).

O Grupo HF está implantado no mercado com empresas orientadas para servir o cliente com qualidade e segurança. Prima pelas infra-estruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e pelo serviço social que presta.

O Grupo HF, com a responsabilidade pública e social que tem, actua na área da mobilidade urbana e interurbana, com vista a contribuir para o desenvolvimento das populações, utiliza os seus próprios recursos e ajusta a oferta às necessidades do mercado, com o objectivo de aumentar a sua eficiência e qualidade, bem como a recuperação económica e financeira.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo, de modo a atrair mais visitantes. As várias entidades regionais empenharam-se em criar vários cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico, gastronómico, desportivos e artístico. A SG, através da sua actividade, serviço de aluguer de viaturas, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira incluindo os participantes naquelas manifestações, para além dos serviços que presta no decorrer da sua própria atividade.

## **EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS E SITUAÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS**

O Grupo HF, atento à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro do seu espaço de actuação, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

O mercado tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos e este exercício não foi excepção. A descida reflecte-se em toda a sua área de actuação, motivado sobretudo pela queda da procura, reflexo do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional, Nacional, Europeu e até mesmo Mundial, onde imperam medidas de austeridade, que incluem, entre outras, a redução de salários, conjugada com a forte restrição ao crédito e elevadas taxas de desemprego, com efeitos negativos no consumo das famílias, logo, contribuindo fortemente para a descida da procura na actividade do Grupo HF.

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a RAM também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, assente em medidas estruturais de consolidação orçamental, foi acordado o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para a RAM. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de forma a

reduzir a despesa e aumentar a receita. Em resultado, registou-se uma grande retração da economia, com a redução do rendimento das famílias, e uma elevada taxa de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para a descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade do Grupo HF.

O Plano acima referido, tem como objetivo, contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas, com participações de Capitais Públicos, impõe regras e medidas de austeridade de modo a reduzir drasticamente as despesas, as indemnizações compensatórias, e a subida da receita através do aumento do tarifário. Acresce ainda o impedimento ao investimento bem como, forte restrição ao crédito. Como resultado reduziram-se alguns gastos, nomeadamente com o pessoal, mas no seu todo, as medidas impostas, não tiveram os reflexos pretendidos no objetivo do Plano, pelos seguintes factos:

- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012 e de 2.4% em 2013, contribuiu para uma redução significativa da procura;
- A redução das indemnizações compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 e no presente exercício contribuíram para o aumento do desequilíbrio económico e financeiro do Grupo HF, na medida em que foram continuadas as medidas de apoio social através de tarifário mais reduzido para determinadas categorias de utentes do serviço público;
- A obrigação do pagamento do subsídio de férias e de natal, referentes aos anos de 2012 e 2013, por decisão do Tribunal Constitucional, que agravou as necessidades de tesouraria.

Por outro lado, concretizou-se a alienação da participação detida pela HF na empresa Teleféricos da Madeira S.A., que veio contribuir para a cobertura da tesouraria, pontualmente, servindo para pagar fornecedores, para amortizar parte dos empréstimos contratualizados na Caixa Geral de Depósitos e para pagar os Subsídios de Férias, entre outras despesas que se encontravam em atraso. A venda da participação foi pelo montante de 4.125 mil euros e gerou uma mais-valia no valor de 4.045 mil euros. Por este facto, o Grupo HF, apresenta resultados positivos nas suas demonstrações financeiras.

O Grupo HF tanto no serviço urbano como no serviço interurbano, atendendo à redução da procura e com vista à consequente redução de custos, introduziu ajustamentos a oferta, sem afectar a qualidade do serviço, reajustou alguns horários e suprimiu viagens, reduzindo assim o número de Km percorridos.

No serviço de Alugueres o número de serviços prestados diminuíram, tal como o número de passageiros transportados. A oferta desceu em consequência da quebra na procura. As Agências de Viagens, nossos principais clientes, sujeitas às condicionantes da conjuntura económica, fizeram descer o volume de faturação, atendendo que também tiveram menos procura.

O Grupo HF e o Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Cultura Turismo e Transportes, entidade que tutela os transportes, devem orientar a política de compensação de custos e/ou proveitos, para o efeito, existe a necessidade de aprovar um modelo de indemnização compensatória mais justo e equilibrado que dote o Grupo HF de meios que contribuam para o seu equilíbrio económico e financeiro.

Embora as Demonstrações Financeiras do Grupo HF não revelem, a empresa SG apresenta o Capital Próprio inferior ao Capital Social em menos 50%, situação esta a apresentar em Assembleia Geral aquando da aprovação das suas contas individuais.

O Grupo HF transformou o transporte público num meio de deslocação atractivo, não se obtendo os reflexos, como desejado, na procura e nos resultados.

O Grupo HF, continua a promover uma mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objectivos da União Europeia, utilizando os fundos comunitários disponíveis para o efeito e através dos projectos abaixo descritos. Estes projectos europeus no domínio da mobilidade urbana do Funchal têm no Grupo HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região ir ao encontro dos exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

- 1- Civitas Mimosa, que foi desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal (CMF), com o Madeira Tecnopólo e com o suporte técnico da Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira (AREAM), tendo, quase na sua totalidade, conseguido os seus objectivos. Este projecto terminou no início deste exercício;
  
- 2 Intervir + - No âmbito dos seus próprios objectivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/ Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora, menos poluente e com tecnologia ecologicamente sustentável. O projecto prevê uma comparticipação de 85% a fundo perdido. Dos 18 autocarros a HF só adquiriu 5. O projecto terminou no final deste exercício;
  
- 3 Hibrimac, que constituiu um projecto patrocinado sob os auspícios do programa Interreg pretendia introduzir, em contexto regional, novas tecnologias para os transportes públicos que aumentem e potenciem a eficiência económica e energética do sector em regiões insulares ultra-periféricas. Este projecto já terminou e aguarda o processamento dos valores investidos;
  
- 4 Seemore, projecto com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público. É um projecto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projecto, liderando e coordenando a implementação conjunta do consórcio. Este projecto encontra-se em execução.

Os projetos europeus em curso no domínio da mobilidade urbana do Funchal têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

..

## PAINEL DE BORDO

4 Números	2013	2012
Viaturas	281	283
Motoristas	333	348
Metalúrgicos	102	103
Total de trabalhadores	554	571

3 Indicadores	2013	2012
Motoristas / viatura	1,19	1,23
Metalúrgicos / viatura	0,36	0,36
Total trab. / viatura	1,97	2,02

---

## **A OFERTA**

A exemplo dos anos anteriores a rede de exploração mantém-se neste exercício praticamente inalterável. A extensão da rede simples na HF era de 199 km, e 232 Km na SG.

Foram percorridos 7,5 milhões de Km, sendo 1,6 na SG e 6 na HF, menos 335 mil Km que no ano anterior.

Foram realizadas na HF 828 mil viagens, menos 38 mil que no ano anterior e na SG 59 mil viagens, menos 380 que no ano anterior.

Neste exercício voltou-se a efectuar alterações na oferta de serviços, dando continuidade às já implementadas no exercício anterior. Foi aplicado um novo planeamento operacional com ajustamentos de horários e de viagens.

## **A PROCURA**

### **Carreiras regulares**

O número de passageiros transportados na HF foi de 18 milhões, menos 1,2 milhões que no ano anterior e na SG 1,2 milhões, menos 50 mil passageiros.

Até 2012 o método de cálculo dos passageiros transportados foi calculado pelos valores obtidos com base em inquéritos periódicos sobre a utilização dos diversos títulos de transporte, método tradicionalmente utilizado nas empresas de transporte urbano. Para 2013 o cálculo dos passageiros transportados foi em função das validações efetuadas a bordo das viaturas e através do sistema informático (bilhética).

Os principais motivos, da baixa da procura, são atribuídos à redução dos rendimentos das famílias, à elevada taxa de desemprego, à emigração, à diminuição da população residente na nossa Cidade, à redução do número de turistas que utilizaram o transporte em autocarro nas deslocações pela Ilha e ao aumento do tarifário.

### **Serviço linha ECO (autocarros elétricos)**

Nesta linha Eco foram transportados 54.171 passageiros neste exercício e 80.789 no exercício anterior.

Estão afectas a este serviço 4 viaturas

Este serviço que era gratuito, voltou a ser pago pelos passageiros, a partir de 16 de Junho de 2012, mas somente para clientes que não tinham títulos válidos no serviço urbano. È por este motivo que apresenta a baixa significativa de passageiros transportados.

### **Serviço para pessoas com mobilidade reduzida**

Foram transportados neste serviço, 12.527 passageiros, mais 479 que no ano anterior e percorrido 85.828 km, mais 1.570 que no ano anterior.

Estão afectas a este serviço 3 viaturas.

### **Serviço de turismo**

No serviço de Alugueres o número de serviços prestados diminuíram, tal como o nº de passageiros transportados.

A oferta desceu em consequência da quebra na procura. As Agências de Viagens, nossos principais clientes, sujeitas às condicionantes da conjuntura económica, fizeram descer o volume de faturação, porque também tiveram menos procura.

## **ACTIVIDADE OFICINAL**

### **Serviço oficial**

As oficinas da HF asseguram a manutenção da frota do Grupo.

O grupo HF terminou o ano com 281 autocarros, sendo 206 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida, 4 para o serviço da linha Eco, 44 para o serviço de turismo e 14 encontram-se imobilizadas.

Foram abatidas 3 viaturas DAF, dado que não se justifica a respectiva reconstrução ou reparação.

O plano de manutenção da frota foi cumprido, efectuou-se manutenção preventiva, revisões de carroçaria e soalhos e preparou-se as viaturas para as inspecções periódicas. Não foi efectuada qualquer reconstrução.

A idade média da frota urbana é de 17,01 anos, da interurbana é de 24,6 anos e a do turismo 13,6 anos.

O custo quilómetro manutenção é de 0.32 euros na frota urbana, 0.54 euros na interurbana e 0.83 euros na do turismo.

A média de consumo de combustível na frota urbana foi de 63,22 L/100Km, na interurbana foi de 58,4 L/100 e na do turismo 47,4 l/100 km.

## **RECURSOS HUMANOS**

O número de trabalhadores ao serviço foi de 554, em 31 de Dezembro de 2012 era de 571.

Registando-se 21 saídas e o regresso de um motorista que tinha sido cedido à nossa parceira Carristur.

A taxa de trabalho suplementar foi de 2,4% na HF e de 12,86% na SG, estes valores em 2012 eram de 2,23% e 12,9%, respectivamente.

## **APROVISIONAMENTOS**

As existências em armazém a 31 de Dezembro são no montante de 911 mil euros, inferior ao ano anterior em 106 mil euros.

O número de artigos existentes em armazém tem vindo a ser gradualmente reduzido. Só se coloca em stock os artigos cuja rotação o justifica, bem como artigos que, se não os colocarmos em stock, muito brevemente serão solicitados.

Esta política de redução de stocks implica um aumento da negociação diária e do número de artigos comprados diariamente, no entanto aumenta o custo das encomendas.

São analisados com frequência a rotação e a cobertura de stocks.

Foram 1.914 artigos com existência que não tiveram rotação em 2013. São maioritariamente artigos da marca DAF e artigos de carroçaria.

Neste exercício, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, efetuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perda de imparidade é de 188 mil euros, menos 74 mil que no ano anterior.

## **AMBIENTE**

O Grupo HF está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia do Grupo HF.

## **ECONOMIA E FINANÇAS**

### **Investimento**

O montante total investido pelo Grupo HF ascendeu a 575 mil euros, deste valor destaca-se o montante 536 mil de reparações em órgãos/componentes de substituição (Trabalhos para a própria empresa) e da aquisição de uma viatura, em estado de uso, para o serviço de turismo no valor de 17,5 mil euros.

De realçar que foram registados em activo intangíveis e amortizados, neste exercício, na sua totalidade, 173 mil euros para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários, deste valor, 84 mil euros são trabalhos para a própria empresa referentes a remunerações do pessoal afecto aos projetos.

### **Financiamento**

No que respeita a financiamentos, deste exercício, é de referir que não foi necessário recorrer a novos financiamentos bancários, com excepção de um de curto prazo no montante de 475 mil euros, bem como em praticamente todos os meses foram solicitados descobertos bancários, junto das diversas entidades bancárias, para pagamentos de ordenados.

Relativamente aos movimentos nos financiamentos obtidos em exercícios anteriores é de referir o seguinte:

O Grupo HF neste exercício e tal qual no anterior, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respetivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo destes dois anos;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento perante a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco Espírito Santo (BES) e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos. O do BES, foi renegociado logo em Janeiro e os da CGD foram reestruturados em Agosto, sendo que nestes, reduziu-se o número de financiamentos a três, com diminuição dos seus spreads, com a alteração dos planos de pagamento incluindo o alargamento dos seus prazos. Foram perdoados juros e juros de mora vencidos, na ordem de 400 mil euros e ainda amortizado capital num valor significativo.

Contudo, em resultado do acima exposto, as despesas financeiras foram agravadas tais como, comissões de renegociação, de gestão e contratação.



## **Resultado líquido**

O resultado líquido consolidado é positivo em 2.724.585,61 euros.

A tributação em imposto sobre o rendimento do período é no montante de 360.908,90 euros.

Nas demonstrações financeiras individuais a HF apresenta um resultado positivo de 2.724.585,61 euros e a SG também negativo de 503.638,82 euros.

Para melhor compreensão do acima exposto, remete-se para o anexo a este relatório.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

O As medidas impostas pelo Governo, vem impor às empresas públicas e equiparadas medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destacam-se destas medidas, em 2011,2012 e 2013, a redução dos custos, até o final de 2011, em pelo menos 15%, em média relativamente a 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal em 2010 e 2011, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em ativos, a não contração de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias, salvo, em relação a algumas delas autorizações, mediante prévia justificação da administração, a conceder pelos responsáveis pela tutela e pela posição accionista da RAM, quando tais funções sejam exercidas por diferentes titulares, e pelo Secretário Regional das Finanças.

Em 2013 foram autorizados o pagamento de ambos os subsídios de Férias e de Natal para 2014, e de acordo com o orçamento de Estado e Regional, foram aprovados cortes nas remunerações dos trabalhadores

O Grupo HF vai desenvolver a sua actividade focando a sua gestão no cumprimento das medidas acima mencionadas, reduzindo e ou contendo os custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura.

Não serão efetuados investimentos em viaturas novas. Continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência, de forma a atrair novos clientes e aumentar assim as receitas.

O Grupo HF procura novas fontes de receita e aproveitando todas as sinergias, está a estudar a rentabilização das suas oficinas, prestando para exterior o serviço de reparação de viaturas, não obtendo os resultados desejados.

O tarifário foi aumentado numa média de 2%. O Grupo HF prevê que este aumento não produzirá ganhos proporcionais nas receitas, atendendo à diminuição permanente da procura.

Quanto ao gasóleo, não se perspectiva grandes oscilações no preço unitário, enquanto no consumo haverá uma diminuição, atendendo à redução, prevista, no número de quilómetros percorridos.

Deu-se continuidade ao pagamento das dívidas em atraso, iniciado em Dezembro, após a alienação da participação detida na empresa Teleféricos da Madeira, ficando os principais fornecedores com atrasos inferiores a 120 dias, não conseguindo atingir a meta acima definida, 90 dias.

Quanto às Indemnizações Compensatórias a receber do GRM, referentes a anos anteriores, o Grupo HF prevê serem recebidas nas datas estipuladas e de acordo com um plano de pagamento apresentado.

Previa-se receber atempadamente as Indemnizações Compensatórias para 2014 em valor igual às de 2013. Contudo, à data deste relatório, as mesmas ainda não foram contratualizadas. Só com o seu recebimento se poderá ultrapassar parte da falta de liquidez de Tesouraria e com vista a cumprir os compromissos acordados com terceiros.

Por outro lado, a não concretização do acima exposto implicará o não pagamento, por parte do Grupo HF, aos seus fornecedores com as seguintes consequências:

- Agravamento dos seus custos, principalmente juros de mora;
- Dificuldades de negociação de preços e de descontos, com implicações diretas nos custos de aquisição;
- Denegrir a sua imagem com processos em contencioso, tendo repercussões diretas na sua credibilidade perante fornecedores e instituições financeiras;
- Não fornecimento de bens e serviços ou exigência de fornecimentos a pronto pagamento.

A privatização do Capital da HF, por parte do GRM, das participações financeiras detidas, diretamente pela RAM e indiretamente pela EEM, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, pelo que estão a ser desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização. É de realçar que existe parcelas de terrenos, pertencentes a terceiros, onde está implantado o edifício sede da HF e o edifício na Camacha, que se encontram num processo de aquisição, por parte do GRM, não resultando deste, qualquer responsabilidade para a HF.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício Consolidadas, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade do Grupo HF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas Consolidadas do exercício e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções materialmente relevantes.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

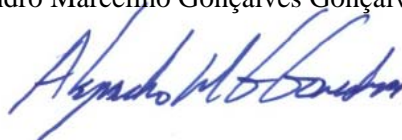
De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados do Grupo HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício consolidado, positivo no valor de 2.724.585,61 euros seja cativado o montante de 136.229,28 euros para reservas legais e que 2.588.356,33 euros sejam transferidos para a Conta de Resultados Transitados, em conformidade com as Demonstrações Financeiras das Contas Individuais de cada uma das empresas que constituem o Grupo.

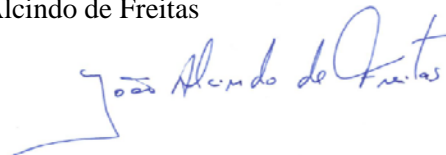
Funchal, 2 de Abril de 2014

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves    Presidente



João Alcindo de Freitas    Vogal



António José Jardim Faria    Vogal



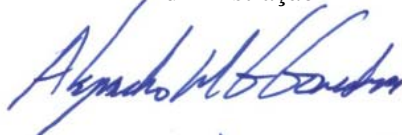
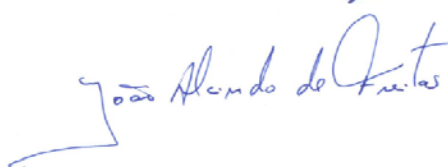
# Contas Consolidadas do Exercício

**BALANÇO**

Rubricas	Notas	Ano	
		2013	2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	27.477.936,46	29.008.664,80
Activos Intangíveis		0,27	0,33
Participações financeiras - outros métodos	7	14.414,55	105.262,14
Outras contas a receber	13	3.982.578,59	6.591.638,11
		<b>31.474.929,87</b>	<b>35.705.565,38</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	10	722.885,90	754.219,69
Activo corrente			
Clientes	11	873.605,81	1.330.868,63
Adiantamentos a fornecedores		0,00	1.064,90
Estado e outros entes públicos	12	491.040,95	666.739,55
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	13	3.672.120,43	3.132.571,32
Diferimentos	14	168.367,28	182.128,94
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	8	3.806,07	1.715,48
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	2.262.058,43	858.658,25
		<b>8.196.035,19</b>	<b>6.930.117,08</b>
<b>Total do activo</b>		<b>39.670.965,06</b>	<b>42.635.682,46</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	15	16.500.000,00	16.500.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	16	119.975,18	119.975,18
Outras reservas	17	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	18	-25.472.972,50	-23.630.113,94
Ajustamentos em activos financeiros		-15.149,97	-15.145,12
Excedentes de revalorização	19	16.576.595,61	16.578.233,17
Outras variações no capital próprio	20	1.151.116,90	1.460.487,94
Resultado líquido do período		<b>2.724.585,61</b>	<b>-2.136.884,77</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>11.587.472,70</b>	<b>8.879.909,33</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos	21	7.369.344,12	7.059.986,53
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	9	4.159.244,84	4.589.439,76
Outras contas a pagar			
		<b>11.528.588,96</b>	<b>11.649.426,29</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	23	3.074.388,74	4.916.879,11
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	12	593.650,14	345.377,41
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	21	10.247.680,90	14.696.303,29
Outras contas a pagar	22	2.141.367,91	1.639.552,36
Diferimentos	14	497.815,71	508.234,67
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>16.554.903,40</b>	<b>22.106.346,84</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>28.083.492,36</b>	<b>33.755.773,13</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>39.670.965,06</b>	<b>42.635.682,46</b>



A Administração

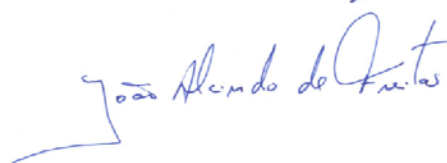

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Ano	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	24	17.242.957,33	17.760.178,92
Subsídios à exploração	25	4.345.103,70	3.801.588,07
Ganhos/perdas imp. subs., associadas e empreendimentos conjuntos	26	450.000,00	300.000,00
Variação nos inventários da produção	27	-59.004,03	45.363,49
Trabalhos para a própria entidade	28	810.760,32	1.116.951,08
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	29	-7.391.677,44	-7.739.668,63
Fornecimentos e serviços externos	30	-1.922.442,54	-2.113.145,70
Gastos com pessoal	31	-11.665.001,21	-10.644.443,42
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	74.286,35	46.683,54
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11, 12 e 13	139.304,86	-1.199.145,53
Provisões (aumentos/reduções)			
Imp. de inv. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	2.629,29	4.362,30
Aumentos/reduções de justo valor	8	2.090,59	-135,42
Outros rendimentos e ganhos	32	5.414.698,06	1.528.122,91
Outros gastos e perdas	33	-851.068,36	-942.436,40
<b>Res. antes de dep., gastos de financiamento e impostos</b>		<b>6.592.636,92</b>	<b>1.964.275,21</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34	-2.226.201,77	-2.537.143,15
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Res. operacional (antes de gastos de fin. e impostos)</b>		<b>4.366.435,15</b>	<b>-572.867,94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	35	-1.280.940,64	-1.668.355,74
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3.085.494,51</b>	<b>-2.241.223,68</b>
Imposto sobre rendimento do período	9	-360.908,90	104.338,91
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2.724.585,61</b>	<b>-2.136.884,77</b>

O Técnico de Contas



A Administração


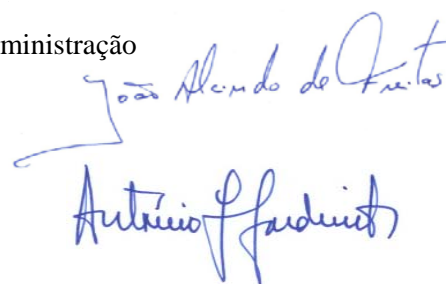


**FLUXOS DE CAIXA**

RUBRICAS	exercícios	
	2013	2012
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	18.633.359,03	18.369.841,64
Pagamento a Fornecedores	-13.177.754,45	-13.829.956,37
Pagamentos ao Pessoal	-6.608.938,34	-6.436.846,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.153.333,76	-1.896.961,56
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-57.886,22	-34.935,98
Outros recebimentos / pagamentos	7.880.392,95	5.478.208,34
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>6.669.172,97</b>	<b>3.546.310,80</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis	-1.210.702,26	-1.301.475,84
Outros ativos		-580,32
<b>Recebimentos de</b>		
Activos Fixos Tangíveis		
Subsídios ao Investimento	2.646,87	364.663,10
Juros e Rendimentos similares	5.465,71	3.067,17
Dividendos	450.000,00	300.000,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-752.589,68</b>	<b>-634.325,89</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Financiamento Obtidos	11.256.666,60	2.250.000,00
<b>Pagamentos de</b>		
Financiamentos Obtidos	-14.603.740,89	-3.433.916,77
Juros e gastos similares	-1.166.108,82	-1.615.116,73
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-4.513.183,11</b>	<b>-2.799.033,50</b>
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>1.403.400,18</b>	<b>112.951,41</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	858.658,25	745.706,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.262.058,43	858.658,25

O Técnico de Contas



A Administração

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2012										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. líq. período	
Posição no início do período	1	16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.139.981,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.637.101,83
Alterações no período										
Exc. rev. AFT e intang. e r. variações	25				392.034,95		-392.034,95	-540.956,01		-540.956,01
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26				-311.917,20	-682,23	98.008,74	135.238,97		-79.351,72
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26									
Variações de capital em participadas	24									
Aplicação do resultado líquido do período	23		75.249,99		1.429.749,87				-1.504.999,86	
	2		75.249,99		1.509.867,62	-682,23	-294.026,21	-405.717,04	-1.504.999,86	-620.307,73
Resultado líquido do período	3								-2.136.884,77	-2.136.884,77
Resultado extensivo	4=2+3								-3.641.884,63	-3.641.884,63
		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.630.113,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.879.909,33
Posição no fim do período	5=1+2+3	16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.630.113,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.879.909,33

O Técnico de Contas *Carlos Apuruch* A Administração *António Fardinha* *Alfredo M. Costa* *João Alcindo de Freitas*

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. líq. período	
Posição no início do período	5	16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.630.113,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.879.909,33
Alterações no período										
Exc. rev. AFT e intang. e r. variações	18, 19 e 20				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	18, 19 e 20							-451.728,13		-451.728,13
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26				-98.008,74		390.397,39	142.357,09		434.745,74
Variações de capital em participadas						-39,85				-39,85
Aplicação do resultado líquido do período	16 e 18				-2.136.884,77				2.136.884,77	0,00
	6		0,00		-1.842.858,56	-39,85	-1.637,56	-309.371,04	2.136.884,77	-17.022,24
Resultado líquido do período	7								2.724.585,61	2.724.585,61
Resultado extensivo	8=6+7								4.861.470,38	4.861.470,38
		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.472.972,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.587.472,70
Posição no fim do período	9=5+6+7	16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.472.972,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.587.472,70

O Técnico de Contas *Carlos Apuruch* A Administração *António Fardinha* *Alfredo M. Costa* *João Alcindo de Freitas*



# Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

## 1. Empresas incluídas na consolidação

### 1.1. Designação das Entidades

As designações das entidades incluídas na consolidação, doravante Grupo HF, são as seguintes:

Horários do Funchal – Transportes Públicos, S. A. (empresa – mãe e ou HF)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 - 242 Funchal

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (SG)

Fundoa de Baixo – São Roque – 9020 -242 Funchal

### 1.2. Natureza da actividade

A natureza das actividades que constituem o Grupo HF é as seguintes:

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG) é uma sociedade comercial por acções de natureza privada. Dedicar-se ao transporte colectivo de passageiros (carreiras interurbanas da Camacha, Santo António da Serra, Cural das Freiras, São Roque do Faial, Faial, Santana, São Jorge, Arco de São Jorge, bem como entre Santana e Porto da Cruz e entre Santana e Arco de São Jorge) e ao aluguer de autocarros com condutor, nomeadamente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF).

## **2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual e por aplicação do disposto na alínea a) do artigo 1º. do Decreto – Lei nº. 238/91, de 2 de Julho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no 2 de Abril são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

### **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

### **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue.

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos, edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, tendo a avaliação sido efectuada com data de referência a 01/01/2010, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo HF.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, o Grupo HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte do Grupo HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. O Grupo HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, o Grupo HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para o Grupo HF nas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo o Grupo HF acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada

como vida útil destes activos o período durante o qual o Grupo HF espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### Propriedades de investimento

O Grupo HF classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF o Grupo HF decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 74 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

### **Loações**

O Grupo HF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

### **Loações operacionais**

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo HF à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

### **Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo HF e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo HF, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo HF.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo HF procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;

- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo HF reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

### **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda



imediate na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo HF também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são

mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que o Grupo HF cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso do Grupo HF, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de

empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo HF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Activos e passivos contingentes**

O Grupo HF não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, o Grupo HF divulga o respectivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo HF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo HF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo HF;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo HF;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 2 de Abril de 2014 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 36.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo HF e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo HF é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo HF, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. o Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo HF e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo HF determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo HF avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados com desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo HF.

#### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

### **Imparidade dos activos não correntes e goodwill**

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo HF.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo HF da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo HF, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo HF, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções do Grupo HF, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

### **Vidas úteis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, o Grupo HF, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

### **Revalorização de activos fixos tangíveis**

O Grupo HF em 2010, valorizou os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente e teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

## **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificados pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa, bem como que coloquem em causa um ajustamento material nas quantias escrituradas nos activos e passivos durante o exercício de 2014.

A privatização do Capital da HF, por parte do GRM, das participações financeiras detidas, directamente pela RAM e indirectamente pela EEM, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, pelo que estão a ser desenvolvidas as acções necessárias à sua concretização. É de realçar que existe parcelas de terrenos, pertencentes a terceiros, onde está implantado o edifício sede da HF e o edifício na Camacha, que se encontram num processo de aquisição, por parte do GRM, não resultando deste, qualquer responsabilidade para a HF.

O Capital Próprio da SG, empresa do Grupo, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação que nos termos do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, implica a informação do CA, propondo à Assembleia Geral que devem ser tomadas medidas tendentes à reposição do valor dos capitais próprios para níveis adequados.



### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## 4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo HF classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

### 4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

### 4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Caixa		
Caixa Principal	21.040,00	21.040,00
Caixa Transf. Fundos	9.080,54	9.159,64
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	2.075,26	484,63
Montepio Geral	11.055,34	4.842,84
Banco Espirito Santo	377.387,28	209.712,07
Banif	9.504,56	3.307,50
Caixa Geral de Depósitos	1.091.209,87	151.092,81
Millennium BCP	5.896,09	16.797,55
Int. Gestão do Crédito Público	580,68	5,46
Santerder Totta	34.228,81	2.215,75
Outros depósitos bancários	700.000,00	440.000,00
	2.262.058,43	858.658,25

Nos outros depósitos bancários o montante refere-se a três depósitos a prazo na Caixa Geral de Depósitos com vencimentos um em Janeiro e dois em Fevereiro de 2014.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período o Grupo HF não alterou qualquer política contabilística.

## 6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	8.019.480,36	8.019.480,36
Edifícios e outras construções	17.906.226,91	17.906.226,91
Equipamento básico	43.256.286,08	44.144.277,60
Equipamento de transporte	425.353,43	425.353,43
Equipamento administrativo	1.871.458,07	1.929.393,54
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	2.326.632,93	2.344.501,98
Imobilizado em curso	34.833,38	29.291,33
	<b>73.840.271,16</b>	<b>74.798.525,15</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-572.474,35	-230.599,11
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-45.789.860,35	-45.559.261,24
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
<b>Valor líquido contabilístico</b>		
	<b>-46.362.334,70</b>	<b>-45.789.860,35</b>
	<b>27.477.936,46</b>	<b>29.008.664,80</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Abates / Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	8.019.480,36						8.019.480,36
Edifícios e outras construções	17.906.226,91						17.906.226,91
Equipamento básico	44.144.277,60	558.093,09		(1.446.084,61)			43.256.286,08
Equipamento de transporte	425.353,43						425.353,43
Equipamento administrativo	1.929.393,54	5.610,30		(63.545,77)			1.871.458,07
Outros activos fixos tangíveis	2.344.501,98	583,96		(24.540,33)		6.087,32	2.326.632,93
imobilizado em curso	29.291,33	11.629,37				(6.087,32)	34.833,38
	<b>74.798.525,15</b>	<b>575.916,72</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.534.170,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>73.840.271,16</b>
<b>Depreciação ac. e imparidade</b>							
Terrenos e recursos naturais	(459.685,00)						(459.685,00)
Edifícios e outras construções	(1.902.300,46)	(514.200,92)					(2.416.501,38)
Equipamento básico	(38.838.011,49)	(1.483.034,64)		1.393.013,16			(38.928.032,97)
Equipamento de transporte	(425.350,58)						(425.350,58)
Equipamento administrativo	(1.860.556,59)	(36.276,81)		63.359,51			(1.833.473,89)
Outros activos fixos tangíveis	(2.303.956,23)	(19.751,60)		24.540,33		(123,38)	(2.299.290,88)
	<b>-45.789.860,35</b>	<b>-2.053.263,97</b>	<b>0,00</b>	<b>1.480.913,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-123,38</b>	<b>-46.362.334,70</b>
<b>Total</b>	<b>29.008.664,80</b>						<b>27.477.936,46</b>

As adições ocorridas no período correspondem praticamente à aquisição de uma viatura, em estado de uso, para o serviço de turismo no valor de 17,5 mil euros, de reparações em órgãos de substituição de viaturas no montante 536 mil euros;

Nos abates, releva-se o abate de duas viaturas afectas ao serviço urbano, bem como dos órgãos/componentes de substituição de viaturas.

À data de 31 de Dezembro de 2013, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis						
	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	721.933,62	35.221,54	757.155,16	712.772,76	42.748,09	755.520,85
Entre um e cinco anos	1.603.829,05	46.711,62	1.650.540,67	2.293.114,85	78.208,05	2.371.322,90
Mais de cinco anos				30.274,62	40,09	30.314,71
	2.325.762,67	81.933,16	2.407.695,83	3.036.162,23	120.996,23	3.157.158,46

A 31 de Dezembro existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do Equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de Compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	titulo de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	titulo de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	titulo de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	titulo de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

A 31 de Dezembro de 2013 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496 Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	Financiamento bancário 1.250.000,00

O Grupo HF faz notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se a mesma não for liquidada na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efectuada naquele financiamento.

## 7. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Teleféricos da Madeira, SA					79.894,45	0,00	79.894,45
Comboios do Monte, SA					16.000,00	-2.417,57	13.582,43
OPT, SA		15.000,00	-585,45	14.414,55	15.000,00	-3.214,74	11.785,26
		15.000,00	-585,45	14.414,55	110.894,45	-5.632,31	105.262,14

A participação da Teleféricos da Madeira foi alienada no presente exercício, pelo montante de 4.125 mil euros e apurada uma mais-valia de 4.045 mil euros. De notar que a Teleféricos da Madeira, S.A. distribuiu dividendos, neste exercício, no montante de 450 mil euros;

A Comboios do Monte, S.A. foi dissolvida, com liquidação simultânea e partilha do activo existente. A quota-parte do activo partilhado e referente à nossa participação foi no montante de 10 mil euros, neste exercício foi anulado a imparidade constituída em exercícios anteriores. O Resultado desta operação resultou num prejuízo de 6 mil euros.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894,45		-79.894,45			0,00
Comboios do Monte, SA	16.000,00				-16.000,00	0,00
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	110.894,45	0,00	-79.894,45	0,00	-16.000,00	15.000,00
<b>Imparidade</b>						
Teleféricos da Madeira, SA						
Comboios do Monte, SA	-2.417,57				2.417,57	0,00
OPT, SA	-3.214,74			2.629,29		-585,45
	-5.632,31	0,00	0,00	2.629,29	2.417,57	-585,45
<b>Total</b>	<b>105.262,14</b>					<b>14.414,55</b>

## 8. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
BCP	10.532,23					10.532,23
	10.532,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.532,23
<b>Imparidade</b>						
BCP	-8.816,75			2.090,59		-6.726,16
	-8.816,75	0,00	0,00	2.090,59	0,00	-6.726,16
<b>Total</b>	<b>1.715,48</b>					<b>3.806,07</b>

Refere-se a 22.873 acções do BCP.

## 9. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos;

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio;

O grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica

fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos activos e passivos que são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2012
Reavaliações contabilísticas			4.348.325,99	4.738.723,38
Outras diferenças				
Compensação activos e passivos por imp. diferidos			-527.484,27	-630.051,81
Subsídios não reembolsáveis			338.403,12	480.768,19
			4.159.244,84	4.589.439,76

Impostos diferidos activos - No exercício de 2011, o Grupo HF decidiu registar, sobre aos prejuízos fiscais acumulados, impostos diferidos activos, no montante de 818 mil euros, montante este que se estima reverter pelo mesmo período de reversão dos impostos diferidos passivos. No exercício de 2012 foi registada uma redução de 188 mil euros e neste exercício 103 mil euros dos referidos impostos diferidos. O saldo de 527 mil euros, encontra-se corrigido com a actualização da taxa de IRC de 25% para 23%, taxa a ser aplicada para o exercício de 2014. Refira-se que o Grupo HF apresenta na face do balanço estes impostos diferidos activos a reduzir ao passivo, conforme definido na NCRF 22.

Impostos diferidos Passivos - Registados com base nas reavaliações contabilística de terrenos e edifícios e foram revertidos neste exercício 108 mil euros, bem como, nos subsídios ao investimento, não reembolsáveis, referentes a vários projectos subsidiados por fundos europeus que foram revertidos 113 mil euros. Fazemos notar que estes últimos não foram reconhecidos como rendimentos gastos, de acordo com o novo entendimento dado pela Comissão de Normalização Contabilística, após revisão da NCRF 22. O saldo apresentado é o produto da aplicação da nova taxa de IRC a ser aplicada no exercício de 2014, 23%.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2013	2012
Impostos correntes	356.353,08	19.789,30
Origem e reversão de diferenças temporárias	4.566,78	-124.128,21
	360.919,86	-104.338,91

O imposto corrente corresponde:

À estimativa do IRC a pagar no montante de 224 mil euros, calculado com base no lucro tributável, é acrescida a tributação autónoma sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas, que ascendeu a 7 mil euros e a Derrama estadual e municipal, no valor de 125 mil euros, de acordo com a legislação em vigor.

As origens e reversões de diferenças temporais, no valor de 5 mil euros, refletem o acima referido no que diz respeito a impostos diferidos activos e passivos.

O Grupo HF regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos activos e passivos que são analisados como segue:

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis è analisado como segue:

<b>Data limite de reporte</b>	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>
2012		1.392.902,94
2013	3.393.565,44	3.393.565,44
2014	7.703.392,09	7.703.392,09
2015	2.136.653,43	2.136.653,43
2016	1.730.844,18	1.730.844,18
2017	518.347,53	
	<b>15.482.802,67</b>	<b>16.357.358,08</b>

Neste exercício foram utilizados no apuramento da matéria colectável, prejuízos fiscais no montante de 2.686 mil euros.

## 10. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2013</b>	<b>31-12-2012</b>
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	182.991,43	159.533,59
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	658.901,12	734.785,85
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	69.454,16	122.647,41
Reclassificação e regularização de inventários		
Adiantamentos por conta de compras		
	<b>911.346,71</b>	<b>1.016.966,85</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	74.286,35	46.683,54
Imparidades de períodos anteriores	-262.747,16	-309.430,70
	<b>-188.460,81</b>	<b>-262.747,16</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>722.885,90</b>	<b>754.219,69</b>

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Saldo final
<b>Imparidades de inventários</b>				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	262.747,16		-74.286,35	188.460,81
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	262.747,16	0,00	-74.286,35	188.460,81

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política do Grupo HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela oficina, teve a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

Assim, no Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias justifica-se pelo facto de terem sido adquiridos bilhetes no final do ano anterior;
- Nas matérias-primas subsidiárias e de consumo a variação é negativa em 74 mil euros, sendo um aumento no stock do gasóleo em 25 mil euros e uma redução de 99 mil euros nos restantes bens;
- Nos produtos e trabalhos em curso são diversas obras, referentes a recuperação de peças e reparação de viaturas, iniciadas e não concluídas neste exercício.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foi reduzida a imparidade em 74 mil euros.

Das existências em armazém o montante de 17 mil euros encontrava-se em poder de terceiros e referente a suporte de bilhetes electrónicos;



## 11. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	1.114.527,64	1.589.474,78
	1.114.527,64	1.589.474,78
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	17.684,32	-41.116,13
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-258.606,15	-217.490,02
	-240.921,83	-258.606,15
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>873.605,81</b>	<b>1.330.868,63</b>

Fazemos notar que em 2012 os valores mais significativos em dívida, referiam-se a atrasos de pagamento, essencialmente de Escolas públicas e privadas. Neste exercício as Escolas públicas efectuaram os pagamentos em atraso e as privadas elaboraram planos de pagamento de curto prazo e têm cumprido na íntegra. Aquando do pagamento das Escolas públicas foi negociado um desconto que atingiu 25 mil euros.

De salientar que 262 mil euros são respeitantes às vendas do nosso agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Serviço urbano	-4.682,19	-4.682,19	4.682,19	-4.682,19
Serviços de turismo	-251.927,96	-8.130,32	26.391,75	-233.666,53
Serviço interurbano	-1.996,00		100,00	-1.896,00
	-258.606,15	-12.812,51	31.173,94	-240.244,72

O reforço de imparidade registada respeita ao ajustamento de alguns clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de alguns clientes, sendo os mais expressivos Rui Castro e Controlmédia.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	785.244,90	42.719,85	70.704,34	215.858,55
	785.244,90	42.719,85	70.704,34	215.858,55

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efectuar serviços e pagamentos. Estes encontram-se ajustados na sua totalidade.

## 12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	30.578,28	128.410,14
IVA a recuperar	330.596,64	215.342,88
IVA reembolsos pedidos	160.000,00	450.000,00
Outros impostos		
Perdas por imparidade do periodo	96.879,50	-5.800,73
Perdas por imparidade de periodos anteriores	-127.013,47	-121.212,74
	491.040,95	666.739,55
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	252.579,14	19.789,30
Retenções de imposto sobre o rendimento	98.572,15	59.420,07
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	8.806,89	15.137,57
Contribuições para a Segurança Social	233.691,96	251.030,47
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	593.650,14	345.377,41

No Iva reembolsos pedidos, em 2012, é resultante de dois pedidos solicitados à Administração Fiscal e recebido neste exercício. O do presente exercício, refere-se a um pedido solicitado e entretanto já recebido à data deste relatório.

O grupo HF, no que diz respeito ao imposto sobre o rendimento, activo, descrevemos o seguinte:

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem a 31 de Dezembro de 2013 a 30.133,97 euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, considerando a apresentação de prejuízos sucessivos, a SG registou uma perda por imparidade no mesmo montante;

A HF realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta de IRC, os quais ascendiam, em 31 de Dezembro de 2012, a 96 mil euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante, neste exercício, anulou-se a totalidade das perdas por imparidade daqueles pagamentos, atendendo que os vai utilizar na liquidação do Imposto IRC deste exercício, por apuramento de resultados

fiscais positivos. Neste exercício foram efectuados pagamentos especiais por conta, dos quais, 29 mil euros foram utilizados no pagamento do Imposto IRC;

No imposto sobre o rendimento, passivo, refere-se à estimativa do imposto a pagar, IRC, no montante de 253 mil euros e calculado com base no lucro tributável, deduzido dos prejuízos fiscais, legalmente previstos, acrescido das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistos, do valor, do imposto derrama Estadual e Municipal no valor de 125 mil euros, calculados de acordo com a legislação em vigor e deduzido dos pagamentos especiais por conta.

### 13. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos Pessoal	43.064,42	5.397,00
Out. Operações Pessoal	87.800,12	92.871,67
Secretaria Regional Turismo e Transportes (GRM)	7.216.001,42	8.703.597,51
Estado e O. Entes Públicos	4.886,46	721.143,82
Outros devedores	1.006.337,62	1.448.048,15
	<b>8.358.090,04</b>	<b>10.971.058,15</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	543.457,70	-1.152.228,67
Imparidade de períodos anteriores	-1.246.848,72	-94.620,05
	<b>-703.391,02</b>	<b>-1.246.848,72</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>7.654.699,02</b>	<b>9.724.209,43</b>

Na Secretaria Regional da Cultura Turismo e Transportes são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. Estes valores vão ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, por este facto foi efectuado em 2012 um ajustamento no montante de 1.044 mil euros relativos ao desconto desta dívida. Neste exercício a dívida foi reduzida em 1.487 mil euros e o respectivo desconto em 548 mil euros. Este efeito do desconto foi reconhecido, nas demonstrações financeiras como subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20;

No Estado e outros entes públicos, refere-se essencialmente à mesma Secretaria mas referente à dívida de 125 mil euros, parte do subsídio ao investimento atribuído no ano de 2011 e de 548 mil euros respeitante à Indemnização Compensatória do ano de 2012, referente ao mês de Novembro e Dezembro, desse mesmo ano, liquidadas neste exercício;

Nos outros devedores e credores, as dívidas mais relevantes são da nossa parceira, Carristur, à presente data praticamente liquidada, a SAM que efectuamos obras em duas viaturas, que a forma de pagamento se encontra em fase de negociação, o saldo referente ao projecto Civitas

que aguarda o seu processamento e PSD e Fundação PSD, em que o primeiro, há data do presente relatório, assumiu a dívida do segundo, efectuou um plano de pagamento;

Nas imparidades a redução efectuada refere-se essencialmente à dívida da Secretaria já acima mencionada e no montante de 548 mil euros e por recebimentos das dívidas em atraso, destacando-se a empresa Controlmédia.

## 14. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Activo</b>		
<i><b>Gastos a reconhecer</b></i>		
Seguros	139.270,57	142.907,17
Desp. Bancárias	10.578,61	14.565,67
Diversos	18.518,10	24.656,10
	168.367,28	182.128,94
<b>Passivo</b>		
<i><b>Rendimentos a reconhecer</b></i>		
Títulos de Transporte	465.753,70	467.570,67
Outros	32.062,01	40.664,00
	497.815,71	508.234,67

No que concerne a gastos a reconhecer releva-se os seguros que correspondem ao valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros;

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2014, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 a 31 de Dezembro de 2013.

## 15. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2013.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	EM 31/12/2013	EM 31/12/2012
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

## 16. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos do Grupo HF, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social do Grupo HF. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor actual destas reservas é de 119.978,18 euros.

## 17. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ldª, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios do Grupo HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia-geral.

## 18. Resultados transitados consolidados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 2.137 mil euros, bem como, no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, o valor de 392 mil euros, referente às reversões de excedentes de revalorização dos edifícios e respectivo imposto diferido, no montante de 98 mil euros. Neste exercício não foram nesta rubrica contabilizados os impostos diferidos, referentes ao reconhecimento dos subsídios ao investimento atendendo à nova forma de apresentação nas demonstrações financeiras e de acordo com as alterações emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística, no que diz respeito à NCRF n.º 22.

## 19. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	19.278.650,93	19.670.685,88
Impostos diferidos	-4.294.560,13	-4.684.957,52
	16.576.595,61	16.578.233,17

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como do reconhecimento dos respectivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 392 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 98 mil euros.

Os impostos diferidos foram também ajustados pela variação da taxa de IRC a vigorar em 2014, ou seja de 25% para 23% e no montante de 292 mil euros.

## 20. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	1.132.864,06	1.442.235,10
Doações	18.252,84	18.252,84
Outras		
	1.151.116,90	1.460.487,94

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de 452 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 113 mil euros, bem do ajustamento no valor de 29 mil euros, referente à variação de taxa de IRC a vigorar em 2014, de 25% para 23%.

## 21. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	5.765.515,07	4.700.000,00
Locações financeiras	1.603.829,05	2.324.588,80
Outros financiadores		35.397,73
	7.369.344,12	7.059.986,53
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	8.390.455,78	12.803.045,14
Descobertos bancários	1.100.000,00	1.100.000,00
Locações financeiras	721.933,62	711.573,43
Outros financiadores	35.291,50	81.684,72
	10.247.680,90	14.696.303,29

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	9.490.455,78	13.903.045,14
De 1 a 5 anos	5.173.203,66	4.700.000,00
A mais de 5 anos	592.311,41	
Locações financeiras		
Até 1 ano	721.933,62	711.573,43
De 1 a 5 anos	1.603.829,05	2.294.314,18
A mais de 5 anos		30.274,62
Outros financiadores		
Até 1 ano	35.291,50	81.684,72
De 1 a 5 anos		35.397,73
A mais de 5 anos		
	17.617.025,02	21.756.289,82

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	Seguintes	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários	3.145.968,60	1.591.304,00	309.656,20	126.274,96	133.259,82	459.051,59	5.765.515,17
Locações financeiras	73.1858,79	555.394,43	286.230,27	30.345,56			1.603.829,05
Outros financiadores							
	3.877.827,39	2.146.698,43	595.886,47	156.620,52	133.259,82	459.051,59	7.369.344,22

Dos quadros acima apresentados é de salientar o seguinte:

O Grupo HF neste exercício e tal qual no anterior, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respetivos juros dos financiamentos;

As dificuldades impostas pelo Plano de Ajustamento Económico e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como para negociar ou reestruturar as dívidas, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento perante a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco Espírito Santo (BES) e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

O do BES, foi renegociado logo em Janeiro e acordado efectuar prestações mensais de capital e juros até o final de 2014, tal qual no ano anterior e ficando assim a sua reestruturação adiada por mais um ano;

Os financiamentos da CGD foram reestruturados em Agosto, reduziu-se o número de financiamentos, os spreads, definiu-se planos de pagamento, amortizou-se capital, alargou-se os prazos de pagamento e foram perdoados juros e juros de mora vencidos, na ordem dos 400 mil euros;

Em resultado do acima exposto, fez com que os custos com financiamentos fossem agravados, tais como, comissões de renegociação, comissões de gestão e de contratação;

Foi contraído um financiamento bancário de curto prazo, junto da CGD, e liquidado na data prevista;

Na coluna seguintes, os valores a apagar terminam no ano de 2023.

## 22. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	226.304,48	130.418,30
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.623.457,95	912.784,85
Outros credores por acréscimos de gastos	197.421,82	489.402,65
Outros credores	78.201,83	84.345,67
Pessoal	15.981,83	22.600,89
	<b>2.141.367,91</b>	<b>1.639.552,36</b>

Abaixo descrevemos algumas variações significativas apresentadas nesta rubrica esta rubrica:

Foram regularizadas as dívidas em atraso para com fornecedores de investimentos;

Nas férias e subsídio de férias foi contabilizado o subsídio de férias a pagar em 2014. No ano anterior, por imposição legal, o subsídio a pagar no presente exercício foi cortado, no decorrer deste exercício o referido subsídio foi repostado e pago, resultando a variação acima apresentada;



Nos outros credores por acréscimos de gastos, são registados os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único e os juros de financiamentos. A variação ocorrida refere-se essencialmente à redução dos valores daquelas rubricas, bem como do montante de 175 mil euros em dívida à nossa parceira Carristur e regularizado neste exercício;

## 23. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Fornecedores c/c		
Gerais	3.081.503,75	4.917.092,32
Facturas em recepção e conferência	-7115,01	-213,21
	3.074.388,74	4.916.879,11

A variação existente deve-se ao facto de, em 2012, o Grupo HF não ter efectuado pagamentos, por falta de disponibilidades financeiras, registando-se atrasos em alguns fornecedores, superiores a dois anos. Neste exercício, com o recebimento do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira, foram regularizadas a maior parte das dívidas em atraso, por negociação e com planos de pagamento.

Nos pagamentos, principalmente aos principais fornecedores de peças e pneus foram negociados descontos financeiros que atingiram 20 mil euros, bem como perdão de juros de mora já debitados na ordem de 90 mil euros.

## 24. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
<b>Vendas</b>		
Suportes	391.482,57	374.315,08
<b>Serviços prestados</b>		
Do serviço de transporte passageiros	15.993.552,68	16.303.969,95
Do serviço de Turismo	857.922,08	1.081.893,89
	17.242.957,33	17.760.178,92

Esta rubrica o Grupo HF apresenta uma variação de 517 mil euros, menos 2.91% que no ano anterior.

Nas vendas de suportes de bilhetes e cartões um aumento em 17 mil euros e refere-se essencialmente ao aumento de títulos vendidos a bordo.

Nas vendas e prestações de serviços do serviço urbano em 306 mil euros, um decréscimo de 2,03%, sendo que o aumento médio do tarifário situou-se nos 2,4%. Justifica-se praticamente pela redução da procura como anteriormente já referido. Nos bilhetes, uma redução de 170 mil títulos nas quantidades vendidas e um aumento no valor de 20 mil euros, ou seja, mais 0,35% do que o verificado em 2012, nos passes menos 186 mil títulos nas quantidades vendidas e uma redução no valor de 296 mil euros, menos 3.73% em relação a 2012 e nos restantes serviços, uma redução de 30 mil euros;

No serviço interurbano, os bilhetes registam uma redução nas quantidades em cerca de 26 mil títulos e uma redução no valor de 22 mil euros, -1,55%. Nos passes verifica-se também uma redução de 473 títulos mas um aumento em valor de 23 mil euros, 2,32%. O aumento médio do tarifário foi de 2,4%. Nos dois tipos de títulos o aumento é de 0,35%, não refletindo a percentagem média do aumento do tarifário;

No serviço de turismo verificou-se uma redução de 223 mil euros, representando menos 20% que o ano anterior, essencialmente explicada pelo decréscimo nos circuitos tabelados em 237 mil euros. Estas variações refletem bem as quebras da procura já anteriormente referidas.

## 25. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2013	2012
Subsidio à exploração-Indemnização compensatória	4.342.363,70	3.793.513,07
Subsidio à exploração-outros	2.740,00	8.075,00
	4.345.103,70	3.801.588,07

A variação acima apresentada, deve-se ao facto de ter sido registado, no exercício de 2012, na Secretaria Regional da Cultura Turismo e Transportes, em acréscimos de rendimentos o montante de 8.703 mil euros, referente às indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. Estes valores estão a ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, por este facto, foi efectuado ajustamentos no montante de 1.044 mil euros relativos ao desconto desta dívida. Neste exercício a dívida foi reduzida em 1.488 mil euros e o respectivo desconto em 548 mil euros. Este efeito do desconto foi reconhecido nas demonstrações financeiras, nos subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20;

No protocolo assinado as indemnizações compensatórias foram fixadas com um valor máximo a pagar, bem como, expressa que se após o apuramento final resultar um valor inferior ao montante máximo fixado, a Indemnização compensatória será reduzida nesse mesmo montante.

Os outros referem-se essencialmente ao subsídio atribuído pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

## 26. Ganhos/perdas imputadas subs., assoc. e emp. conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, referem-se a dividendos pagos pela empresa Teleféricos da Madeira, S.A., sendo de 300 mil euros no ano de 2012 e 450 mil euros no ano de 2013. Fazemos notar que esta participação foi alienada no presente exercício.

## 27. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-122.647,41	-70.322,65
Activos biológicos		
<b>Regularizações</b>		
Inventários	5.810,78	-6.961,27
Activos biológicos		
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	57.832,60	122.647,41
Activos biológicos		
	-59.004,03	45.363,49

Esta rubrica regista o fabrico e recuperação de peças efectuados na nossa oficina para o armazém.

## 28. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Activos fixos tangíveis	584.383,95	618.819,68
Activos intangíveis	84.167,45	405.143,21
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	142.208,92	92.988,19
	810.760,32	1.116.951,08

Nos activos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em viaturas, cingindo-se a alguns órgãos de substituição, principalmente motores, caixas de velocidades e carroçarias;

Nos activos intangíveis foram as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários que contribuíram para esta rubrica, a variação deve-se ao facto de ter sido concluído o projecto Civitas e no exercício anterior terem sido aplicadas muito mais horas de trabalho;

Os trabalhos para a própria empresa relativos a inventários, referem-se às recuperações de peças, efectuadas nas nossas oficinas.

## 29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2013	2012
Mercadorias	257.590,48	244.896,61
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.134.086,96	7.494.772,02
Activos biológicos		
	7.391.677,44	7.739.668,63

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 348 mil euros e é justificada da seguinte forma:

Nas mercadorias um aumento de 13 mil euros e tem origem no aumento do número de suportes de títulos vendidos, principalmente a bordo;

O custo do gasóleo desceu em 483 mil euros, menos 8,35% e os restantes custos desta rubrica aumentaram 122 mil euros, sendo as mais significativas, pneus, óleos, motores e respectivos órgãos;

### 30. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Subcontratos	1.929,52	27.483,37
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	184.911,54	241.797,05
Publicidade e propaganda	25.805,12	30.926,87
Vigilância e segurança	120.308,88	119.331,24
Honorários	24.663,04	28.187,00
Comissões	165.350,91	161.272,26
Conservação e reparação	358.258,59	375.191,57
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.886,45	4.261,37
Livros e documentação técnica	565,42	783,88
Material de escritório	5.247,79	11.528,76
Artigos para oferta		
Outros	9.164,78	34.270,21
Energia e fluidos:		
Electricidade	100.297,32	100.311,23
Combustíveis	38.360,48	26.191,40
Água	19.711,82	40.766,57
Outros fluidos	5.895,20	9.282,99
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	2.920,57	753,20
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	12.233,18	6.037,40
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	5.935,54	5.731,51
Comunicação	86.556,72	86.377,34
Seguros	510.486,16	511.936,57
Royalties		
Contencioso e notariado	938,22	1.362,50
Despesas de representação	842,82	864,83
Limpeza, higiene e conforto	133.724,30	181.819,88
Outros serviços	104.448,17	106.676,70
	1.922.442,54	2.113.145,70

Esta rubrica, fornecimentos e serviços externos, reduziu em cerca de 191 mil euros, -9,02%.

Em relação às variações, abaixo, descrevemos as diferenças mais significativas:

#### Reduções

Nos subcontratos em 26 mil euros Nos subcontratos, uma redução de 13 mil euros e deve-se ao facto de ter sido cancelado, em Maio de 2012, o contracto existente com uma empresa de Taxis que executava serviços à chamada, bem como de um menor número de serviços solicitados, motivado pela diminuição de serviços de turismo;

Nos trabalhos especializados em 57 mil euros, verificando-se uma diminuição em 88 mil euros resultante da elaboração, em 2012, de uma alteração de software da bilhética, parcialmente

compensada por um aumento de 41 mil euros, referente a estudos e pareceres realizados em 2013;

Nas comissões em 4 mil euros e refere-se à redução da venda de títulos de transporte por parte dos nossos agentes externos;

Na conservação e reparação no montante de 17 mil euros e refere-se essencialmente à subrubrica de lavagens de viaturas, sendo que parte destes serviços deixaram de ser contratados a um fornecedor externo;

No consumo de água em 21 mil euros, motivado essencialmente pela redução das lavagens de viaturas;

Na limpeza, higiene e conforto em 48 mil euros, sendo a mais significativa a recolha de resíduos sólidos em 39 mil euros por alteração do fornecedor dos serviços;

As restantes rubricas que originaram reduções são irrelevantes.

### **Aumentos**

As rubricas que originaram aumentos são irrelevantes.

## **31. Gastos com pessoal**

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Remunerações dos órgãos sociais	198.119,20	170.075,75
Remunerações do pessoal	9.225.243,24	8.455.851,63
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	2.066.822,88	1.868.354,91
Seguros de acid. trabalho e doenças profissionais	133.534,37	125.396,22
Gastos de acção social	656,25	777,31
Outros gastos com o pessoal	40.625,27	23.987,60
	<b>11.665.001,21</b>	<b>10.644.443,42</b>

Os custos com o pessoal sobem em 1.021 mil euros mais 9,59% e praticamente em todas as rubricas, destacando-se o subsídio de Natal, subsídio de férias e respetivos encargos. Estes subsídios foram cortados em 2012 e repostos no presente exercício. No ano anterior foram aplicados os cortes previstos no Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica as medidas de cortes e de reduções remuneratórias, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011;

Releva-se que a redução das remunerações em geral é essencialmente o resultado dos cortes verificados, por aplicação do disposto no Orçamento de Estado para 2013 e pela redução de 17 trabalhadores, sendo as mais relevantes o ordenado base e o mês das férias.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, do Grupo HF em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2013	2012
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	11	11
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	26	26
Profissionais semi-qualificados	494	492
Contratados a prazo	6	25
	554	571

Registaram-se 21 saídas e 4 readmissão.

## 32. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	22.050,00	22.050,00
Obras para terceiros	161.211,61	112.971,25
Sucatas / desperdícios	7.432,31	4.960,57
Cedências para terceiros existências	186.999,45	135.725,99
Despesas debitadas a terceiros	68.726,07	122.538,15
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	58.460,73	87.570,99
Desp. embates e imob. de viaturas	13.203,57	24.711,16
Outros rendimentos suplementares	21,52	18,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	21.653,41	1.605,96
Ganhos em inventários	55.829,77	38.706,39
Investimentos rest. Activos financeiros	4.045.105,55	120,05
Investimentos não financeiros	4.280,00	0,00
Subsídios ao investimento	639.346,90	904.408,32
Juros obtidos	3.458,54	794,34
Outros	126.918,63	71.941,08
	5.414.698,06	1.528.122,91

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de mais 3.887 mil euros. Abaixo descrevemos as mais significativas:

- Em obras para terceiros, um aumento de 48 mil euros, e refere-se praticamente à reconstrução de duas viaturas de uma nossa concorrente, SAM;
- Nas cedências para terceiros de existências, um aumento de 51 mil euros mil euros e é praticamente derivado de uma maior solicitação por parte de alguns fornecedores;
- Nas outras despesas debitadas a terceiros, foi de uma redução de 54 mil euros, justificada essencialmente pelo não registo dos resultados da nossa parceira Carristur, no presente exercício;
- Na cedência de espaço em parques, publicidade nos autocarros e imóveis, uma redução de 29 mil euros;
- Nos descontos financeiros um aumento de 20 mil, resultantes da negociação dos pagamentos em atraso a fornecedores;
- Em investimentos nos restantes activos financeiros, resulta essencialmente do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira em 4.045 mil euros;
- Nos subsídios ao investimento uma redução em 265 mil euros referentes ao reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e mais precisamente com o projecto Civitas;
- Nos outros rendimentos e ganhos, o aumento, refere-se essencialmente à recuperação de juros de mora em 90 mil euros, registados em anos anteriores e perdoados pelos fornecedores aquando da negociação de pagamentos em atraso,

### 33. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Impostos	14.581,88	19.193,99
Perdas em inventários	41.244,46	44.133,42
Investimentos não financeiros	53.381,09	39.644,11
Donativos	338,40	363,92
Quotizações	3.491,28	3.891,28
Ofertas e amostras de inventários	1.331,96	1.763,34
Juros de desconto de títulos		
Juros de mora e compensatórios	14.084,32	115.966,49
Outros juros	1.049,33	1.781,58
Outros não especificados	721.534,51	713.651,54
Desc. P. Pag. Concedidos	31,13	2.046,73
	851.068,36	942.436,40

A principal variação a destacar é referente aos juros de mora debitado, em 2012, pelos fornecedores e respeitante a atrasos de pagamento;

Nos investimentos não financeiros o aumento é referente aos abates de órgãos de substituição de viaturas;



Os descontos de pronto pagamento, referem-se a incentivos dados pontualmente, aos nossos clientes, de forma a antecipar o recebimento de contas de clientes ainda não vencidas;

Nos outros gastos e perdas, outros não especificados, relevam-se praticamente, no ano de 2012, o corte nas indemnizações compensatórias, dos anos de 2010 e 2011 e em 2013 a reposição do corte do subsídio de férias e respectivos encargos.

### 34. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	2.053.263,97	2.047.807,30
Activos intangíveis	172.937,80	489.335,85
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	2.226.201,77	2.537.143,15

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente de órgãos/componentes de viaturas;

Os activos intangíveis referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que o Grupo HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização. A variação ocorrida prende-se com a conclusão do projecto Civitas.

### 35. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2013	2012
Juros suportados	1.019.225,17	1.590.195,89
Outros gastos e perdas	261.715,47	78.159,85
	1.280.940,64	1.668.355,74

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

O Grupo HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Os juros suportados e as despesas bancárias reduziram em 353 mil euros, motivado essencialmente pelas amortizações de capital, redução de spreads e pelo perdão do pagamento de juros e juros de mora vencidos, em valor aproximado a 400 mil euros, aquando da renegociação dos empréstimos em mora junto da Caixa Geral de Depósitos. Realçamos no entanto o aumento dos custos dos serviços bancários resultantes daquela mesma renegociação.

### **36. Acontecimentos após a data de balanço**

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo HF.





**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Península  
Praça do Bom Sucesso, 127/131  
7º Andar – Sala 701  
4150-146 Porto  
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00  
Fax: +351 22 010 23 12  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 39.670.965 euros e um total de capital próprio de 11.587.473 euros, incluindo um resultado líquido de 2.724.586 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

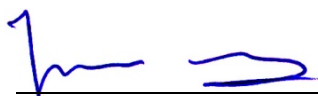
## Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, com referência a 31 de Dezembro de 2013, o capital próprio consolidado da Empresa apresenta-se positivo em virtude das reavaliações efectuados aos imóveis de propriedade da Empresa Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A., incluída no perímetro de consolidação, no período de 2010, conforme divulgado na nota 3.4 do Anexo, sendo que no tocante aos resultados consolidados, com excepção de períodos tal como o actual que reflectem transacções de carácter extraordinário, os mesmos têm vindo a apresentar-se sucessivamente negativos. Assim, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros do Grupo encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização desta Empresa e da sua subsidiária Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., facto que se prevê venha a ocorrer em 2014.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

23 de Abril de 2014



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Península  
Praça do Bom Sucesso, 127/131  
7º Andar – Sala 701  
4150-146 Porto  
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00  
Fax: +351 22 010 23 12  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade e da gestão dos negócios desenvolvidos pelo conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação de contas e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas consolidadas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Acompanhámos e verificámos os trabalhos desenvolvidos para a obtenção das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- a) Estabelecimento de critérios valorimétricos uniformes para todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação;
- b) A eliminação dos valores resultantes das ligações entre as sociedades que fazem parte da consolidação;
- c) Outros aspectos definidos pelas regras de consolidação estabelecidas no normativo aplicável.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas Consolidadas, sem reservas e com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

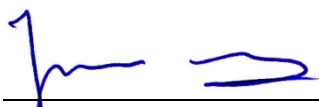
Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo constituído pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre o relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

23 de Abril de 2014



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)